

O Cemitério dos Imigrantes de Joinville entre patrimonialização, disputas pela memória e novas representações do passado



RESUMO

Conhecido como Cemitério dos Imigrantes, o estudo problematiza a patrimonialização do Cemitério Protestante de Joinville, iniciada nos anos de 1960, abordando os grupos envolvidos nesse processo, os critérios adotados na elaboração dos discursos de valoração deste bem e os elementos motivadores. Utilizando como fontes processos de tombamento, imagens da época, matérias de jornais e um movimento entre a historiografia local e mundial, tentamos compreender de que maneira dimensões sociais e simbólicas foram acionadas na construção de narrativas de valor voltadas à seleção e preservação desse cemitério como patrimônio cultural nacional. Ao mesmo tempo, de acordo com o conceito de Pierre Nora, observam-se diferentes reapropriações do local como um “lugar de memória”, que evidenciam uma disputa simbólica capaz de questionar a hegemonia das narrativas históricas oficiais da cidade.

Palavras-chave: Processo de Patrimonialização, Cemitério, Lugares de Memórias, Disputas pela Memória, História do Tempo Presente.

* Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), entre 2019 e 2020. CV: [Lattes](#)

The Immigrant Cemetery of Joinville between heritage designation, disputes over memory, and new representations of the past

ABSTRACT

Known as the Immigrant Cemetery, this study problematizes the patrimonialization of the Protestant Cemetery of Joinville, initiated in the 1960s, addressing the groups involved in this process, the criteria used to elaborate the discourses that value this asset, and the motivating elements. Using listing processes, images captured at the time, newspaper articles, and a movement between local and world historiographies as sources, we attempt to understand how social and symbolic dimensions were activated in the construction of value narratives aimed at the selection and preservation of this cemetery as national cultural heritage. At the same time, according to Pierre Nora's concept, we observe the different reappropriations of the cemetery as a "place of memory"; reappropriations that evidence a symbolic dispute capable of questioning the hegemony of the city's official historical narratives.

Keywords: Heritage Process, Cemetery, Places of Memory, Memory Disputes, History of the Present.

El cementerio de inmigrantes de Joinville, en medio de la designación como patrimonio histórico, las disputas sobre la memoria y las nuevas representaciones del pasado

RESUMEN

Conocido como el Cementerio de los Inmigrantes, este estudio problematiza la patrimonialización del Cementerio Protestante de Joinville, iniciada en la década de 1960, analizando los grupos involucrados en este proceso, los criterios adoptados en la elaboración de los discursos que valoraban este bien y los elementos que lo motivaron. Utilizando como fuentes los procesos de catalogación, imágenes capturadas en la época, artículos periodísticos y el intercambio entre la historiografía local y mundial, se busca comprender cómo se articularon las dimensiones sociales y simbólicas en la construcción de narrativas de valor orientadas a la selección y preservación de este cementerio como patrimonio cultural nacional. Al mismo tiempo, según el concepto de Pierre Nora, se observan las diferentes reappropriaciones del cementerio como "lugar de memoria", que evidencian una disputa simbólica capaz de cuestionar la hegemonía de las narrativas históricas oficiales de la ciudad.

Palabras clave: Proceso de patrimonialización, cementerio, lugares de la memoria, disputas por la memoria, historia del tiempo presente.



Os temas abordados neste artigo entrelaçam políticas de preservação de bens culturais, discursos de patrimonialização e disputas pela memória, e procuram compreender de que maneira o Cemitério dos Imigrantes, enquanto “passado germânico”, foi selecionado como elemento constitutivo do patrimônio da cidade de Joinville/SC. Investigando o papel da imprensa, da historiografia local e de famílias tradicionais como agentes produtores dos discursos patrimoniais para a seleção do cemitério como representante de um patrimônio cultural a ser preservado, as análises recaem sobre a forma como as dimensões sociais e simbólicas se organizaram (e ainda se organizam) na construção dessas narrativas de valor. E, diante de um fenômeno recente de reivindicação memorial do cemitério por grupos afro-brasileiros, as indagações voltam-se também para outra circunstância, questionando como essas dimensões sociais e simbólicas se transformam, são reinterpretadas e assumem novas representações por diferentes grupos.

Desse modo, os assuntos explorados seguem uma trajetória que inclui: noções de conservação do cemitério enquanto bem cultural e o papel conceitual do processo de tombamento nessas intervenções e nos discursos preservacionistas; passa pelas narrativas que criaram valores, conduziram e sustentaram os movimentos de patrimonialização; envolvendo também as observações contemporâneas (pouco mais de uma década), que indicam como o local assumiu novos valores memoriais a partir da ressignificação do cemitério por grupos afro-brasileiros. Como referências para o estudo, utilizamos documentos oficiais públicos, o processo de tombamento, a historiografia local e mundial, matérias jornalísticas, em articulação com uma abrangente produção acadêmica regional sobre os temas trabalhados.

Além das análises enquanto historiador e pesquisador, as diferentes reflexões sobre o cemitério reúnem também minhas experiências, observações e leituras como técnico na unidade em diferentes períodos.¹ Servidor da Secretaria de Cultura e Turismo de Joinville desde 2011, atuei entre 2014 e 2016 no Centro de Preservação de Bens Culturais (CPBC) momento em que acompanhei os trabalhos de salvaguarda, inventário e caracterização dos túmulos e demais elementos da arte funerária, com atividades na área da conservação de materiais pétreos e rebocos tradicionais de argamassa de cal. E, em 2021, como coordenador da unidade, acompanhei a retomada do programa de conservação preventiva, a organização do acervo (fragmentos de lápides, gradis e cruzes recolhidos ao longo dos anos) e a produção de uma exposição temporária relacionada à simbologia e à arte cemiterial com artefatos do próprio acervo.

Um cemitério e uma colônia no Sul do Brasil

Ouvi dizer que ao sepulcro só chega o perpétuo esquecimento para os que passaram no mundo. [...] A sepultura é muito fria para lá chegar o calor

¹ Apesar de o cemitério pertencer à Igreja Luterana, pouco antes de ser tombado, em 1962, como Patrimônio Histórico e Paisagístico, a Prefeitura Municipal de Joinville já havia assumido a responsabilidade pela conservação e manutenção do cemitério. E, em 1982, com a criação da Fundação Cultural de Joinville, ele se tornou uma das unidades culturais sob a sua guarda.

*da afronta cuspidada na face do cadáver. O mundo tem medo dos mortos, por isso concede-lhes a paz.*²

A exemplo do literato português Fernando Castiço (1835-1888), que abre nosso texto, os estudos e pensamentos sobre a natureza da morte e os ritos funerários geralmente apresentam a inquietude e a melancolia diante da breve existência humana. É justamente contra esse esquecimento que, desde a Antiguidade, o ato de enterrar os mortos em sepulturas gravadas prestava homenagens como forma de guardar lembranças de famílias e personalidades. Mas por trás da honra aos mortos estava outro motivo que, por muito tempo, forçou o afastamento entre os domínios dos finados e dos vivos: o temor de que esses mortos pudessem regressar do além-túmulo (Ariès, 2000, p. 40).

Diferente de outras crenças antigas greco-romanas, hindus e de alguns povos germânicos em que a cremação era comum, a fé cristã alterou a forma de perceber o sentido do corpo após a morte. Baseada em parte no zoroastrismo, a escatologia cristã prezava pela conservação da memória dos mártires até o dia do Juízo Final, e foi com base nessa concepção que antigas zonas funerárias, onde muitos mártires cristãos foram enterrados, tornaram-se regiões de veneração, atraindo novas sepulturas (Ariès, 2000, p. 45).

Esses locais deram origem aos santuários, inicialmente com a construção de capelas e posteriormente de basílicas cemiteriais. Ao longo do tempo, o fluxo de peregrinos preparou as bases para a criação de bairros suburbanos, rompendo com a separação territorial entre mortos e vivos. Assim, dos séculos IV e V da era cristã até o século XIX, não só a relação entre igreja e cemitério estava estabelecida, incluindo sepultamentos em seu próprio interior, como também a aproximação entre povoado e necrópole.

Enquanto na Europa, durante o período conhecido como Baixa Idade Média, houve um anonimato dos mortos com as práticas de enterramento em sepulturas coletivas, por volta dos séculos XIII e XIV, acontece a valorização individual dos falecidos com um retorno ao antigo hábito de identificar o nome dos falecidos em lápides próprias. Daí em diante, na medida em que as famílias passaram a se apropriar dos locais de sepultamento, as hierarquias sociais assumiram papel fundamental na confecção dos túmulos. Registros dessas alterações aconteciam também no Brasil oitocentista, em que tanto a ornamentação e construção dos túmulos quanto sua disposição dentro da igreja (mais próxima do altar) ou nos cemitérios (próximos às regiões centrais e mais altas) afirmavam a condição social do falecido (Ribeiro, 2017, p. 202-203). Mas, por motivos de higiene, os hábitos de proximidade com os mortos passaram a ser questionados na Europa e também no Brasil, ao longo do século XIX.

As mudanças nas configurações das cidades atingidas pelos processos de produção industrial e pelo adensamento populacional colaboraram para a insalubridade das áreas urbanas, como poluição do ar, falta de saneamento, acúmulo de dejetos e escassez de água potável, trazendo um cenário de epidemias e insalubridade urbana. Para combater essa realidade patogênica — da qual no Brasil podemos ter uma noção a partir da obra *O cortiço*

² Castiço, F. (1858). Os Sonhos. In A. Herculano. *Álbum do Gremio Litterario Portuguez no Rio de Janeiro* (pp-111-124). Typographia de Teixeira & Ca. https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/5333/1/013531_COMPLETO.pdf

de Aluísio Azevedo (1857-1913) lançada em 1890, ou da obra de Machado de Assis (1839-1908) *Memórias póstumas de Brás Cubas* de 1880 — um movimento higienista formado, inicialmente, por médicos inspirados pelas ideias iluministas buscou implementar um conjunto de ações voltadas para limpeza e saneamento das áreas urbanas com a criação de um sistema de esgotos, de áreas de jardins e passeios públicos, além de alargamento e pavimentação de ruas. Entre as medidas para melhorar as condições de vida e a salubridade nas áreas urbanas estava o deslocamento não só dos cemitérios para áreas mais afastadas, mas também de “prisões, hospitais, matadouros” (Harouel, 2004, p. 204).

Exemplos desses debates no país são os livros *Ensaio sobre os perigos das sepulturas dentro das cidades, e nos seus contornos* do médico luso-brasileiro José Correia Picanço, lançado em 1812;³ e o *Estudo sobre a cremação dos cadáveres*, do também médico brasileiro Agostinho José de Sousa Lima, de 1883.⁴ Além de vários documentos relacionados às reformas sanitárias ocorridas no Rio de Janeiro durante o século XIX.⁵ A propósito, as reformas sanitárias e seus desdobramentos com o advento da medicina moderna são responsáveis pela ruptura da arena familiar da morte, transferindo esse controle para os médicos na esfera hospitalar. É desse modo que a noção de Ariès sobre a “morte domada”, caracterizada pelo ambiente doméstico e íntimo, foi alterada ao longo do século XIX, transformando-se quase em um tabu.

Outra circunstância que afetou a estrutura administrativa das necrópoles foi o desenvolvimento de regimes republicanos instalados durante os séculos XVIII e XIX na Europa e América. Com a premissa de secularização, os cemitérios públicos sob a administração do Estado substituíram o papel que as igrejas vinham desempenhando ao longo de séculos. Contemporâneo desse contexto, o Cemitério Protestante de Joinville (conhecido atualmente como Cemitério do Imigrante, nome utilizado nas próximas menções) pertencia à Igreja Luterana da Colônia Dona Francisca.⁶ Com o primeiro enterro datado de dezembro de 1851, esse cemitério sucedeu um primeiro local de enterramento usado provisoriamente desde março daquele ano.

Como é possível perceber nas imagens captadas em 1962 (Figuras 1 e 2), o cemitério protestante foi estabelecido em uma área de colina, ornamentado com vegetação e distante do primeiro núcleo colonizador inicial, idealizado sob os novos preceitos de salubridade da época. Isso não impediu que, no decorrer dos anos em que esteve em funcionamento, o crescimento da cidade e o alargamento da área urbana central fizessem com que ele deixasse

³ Picanço, J. C. (1812). *Ensaio sobre os perigos das sepulturas dentro das cidades, e nos seus contornos*. Impressão Régia.

⁴ Lima, A. J. S. (1883). *Estudo sobre a cremação dos cadáveres*. Lombaerts & C.

⁵ Brasil (1909). *Os serviços de saúde pública no Brasil: especialmente na cidade do Rio de Janeiro. 1808 a 1907*. Imprensa Nacional. <https://archive.org/details/b32170440/page/8/mode/2up?q=cemiterio>

⁶ A chamada *Colônia Dona Francisca* foi um empreendimento colonial, realizado em parceria entre a Sociedade Colonizadora de Hamburgo e o príncipe francês François d'Orléans, com o intuito de desenvolver atividades extrativistas e, ao mesmo tempo, ocupar uma área de 25 léguas quadradas de terras pertencentes à monarquia brasileira. Situadas ao norte da província de Santa Catarina, essas terras foram dadas como dote de casamento da princesa Francisca Carolina ao príncipe François em 1846. Apesar da ocupação da Colônia Dona Francisca remeter ao ano de 1851, a região já era habitada por indígenas do grupo Guarani Mbya (aproximadamente desde o século XIV; e, a partir do século XVI e XVII, por luso-brasileiros, africanos e afro-brasileiros vindos da capitania de São Vicente (vicentinos), e são-franciscuenses que habitavam as áreas continentais da antiga Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco, atual ilha de São Francisco do Sul.

de estar nos arredores dessa área. Indícios dessa mudança na percepção espacial do cemitério em relação ao centro da cidade são identificados durante os debates que antecederam a criação de um cemitério público na cidade, quando uma matéria de jornal em 1905 relatou que “com a secularização dos cemitérios teríamos que vê-los retirados de onde estão, no meio cidade, para ponto mais aconselhável em favor da saúde pública”.⁷ Sete anos depois, em 1913, o Cemitério do Imigrante foi fechado, no mesmo ano em que o Cemitério Municipal de Joinville foi inaugurado.

Figura 1: vistas frontais do cemitério captadas durante a visita do arquiteto Luís Saia, membro do órgão federal de preservação, na época, DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).



Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1962). *Processo de Tombamento Federal nº 659-T-62: Cemitério Protestante de Joinville, SC.* IPHAN.

Situado junto a uma vegetação exuberante, o cemitério tem os principais problemas de conservação relacionados justamente à sua localização. Enquanto a arborização da área causa o acúmulo de matéria orgânica sobre os jazigos, favorecendo a proliferação de agentes biológicos e plantas nocivas às estruturas e seus adornos em metais e pedras, o terreno inclinado e as chuvas provocam instabilidade no solo, que pressionam as alvenarias, ocasionando trincas, rupturas e até mesmo desabamento e soterramento de paredes e cabeceiras das sepulturas. Por essas razões o estado de conservação do cemitério sempre foi um desafio, e sempre esteve dependente da sazonalidade de interesses políticos e investimentos para sua manutenção. Um cenário que ilustra o que o historiador Huyssen (2014, p. 140) definiu como “paradoxo da memória e do esquecimento”, características que marcam “uma longa história de monumentos que são vandalizados, derrubados e ressuscitados, e que tornam a desaparecer”.

Com o intuito de frear a degradação, um programa de grandes proporções desenvolvido pelo CPBC em 1999 implementou atividades de monitoramento das condições de conservação dos quase 500 túmulos que ainda restam no cemitério (desmoronamentos e soterramentos ao longo das décadas já consumiram alguns). E, em 2006, aconteceu o último grande projeto de restauração, que contemplou muitos jazigos. Os estudos e as intervenções concluíram, à época, que os atos de vandalismo e a exposição dos jazigos às intempéries são as principais causas

⁷ Secularização dos cemitérios (1905, 26 de agosto). *Commercio de Joinville*, p. 1. <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/886173/65>

da degradação do bem (Fontoura, 2007). Após 2006, com a descontinuidade de atividades de conservação, em pouco tempo, muitos túmulos voltaram a sofrer novos danos e perdas.

Para tentar contornar esses problemas, foi implementado, novamente, em 2016, um programa de conservação preventiva, do qual eu participei e que visava realizar, por meio de ações simples e cotidianas, a higienização superficial dos túmulos, o mapeamento dos fatores de degradação e a elaboração de um diagnóstico de patologias para futuras intervenções de restauração. Essas atividades seguiram as diretrizes do projeto de 2006, abrangendo suas concepções metodológicas e práticas, bem como importantes reflexões teóricas e conceituais relacionadas à preservação das características paisagísticas do cemitério. Como uma instrução que constava no processo de tombamento: a manutenção da “pátina do tempo”⁸ e de sua característica visual, que remete ao efeito de envelhecimento natural, ocasionado pelo desgaste do tempo sobre superfícies de objetos e edificações, o que se transformou em desafio para intervenções nos jazigos do cemitério.

Tanto Luís Saia, arquiteto da DPHAN encarregado pela visita ao cemitério, quanto o arquiteto Lúcio Costa, na época membro da Divisão de Estudos e Tombamentos, ressaltaram em seus pareceres a relevância da paisagem natural para a caracterização e valoração do bem. Luís Saia fez questão de destacar a paisagem *pitoresca* do local, valorizando a presença arbórea que deveria ser preservada:

*Árvores de porte avantajado, algumas nascendo pitorescamente entre os túmulos, transformaram este cemitério num local realmente parqueado e esplendidamente integrado na estrutura urbana. Se resguardaria, portanto, além do valor documentário e paisagístico, uma área verde do maior interesse para a cidade.*⁹

Lúcio Costa, por sua vez, redigiu seu parecer através da análise de fotografias e, além de evidenciar a relevância histórica do cemitério para a formação da Colônia, enfatizou

⁸ Um dos grandes teóricos do campo da restauração e defensor da preservação visual dos desgastes nas edificações foi John Ruskin. Em sua obra *Lâmpada da Memória* (publicada em 1849), Ruskin expressa sua ideia sobre as marcas do tempo nas construções humanas, como manutenção de autenticidade e valor histórico: “É naquela dourada pátina imposta pelo tempo, que devemos procurar a verdadeira luz, a verdadeira cor e a verdadeira preciosidade da arquitetura. Até que um edifício não tenha assumido esse caráter, até que não tenha sido confiado a fama e consagrado pelas ações dos homens, até que seus muros não tenham sido testemunha de sofrimento e os seus pilares não se tenham erguido sobre a sombra da morte, ele não terá senão que a sua própria existência, destinada como é, a durar mais tempo que os objetos naturais do mundo circundante, até que possa ser presenteado com aquele tanto de linguagem e de vida [...] É para esses longos tempos, portanto, que devemos edificar” (Ruskin, 1996, p. 17). Cesare Brandi na obra *Teoria da Restauração* (publicado em 1963), também destacava a importância da preservação da *pátina do tempo*, com a consciência do percurso histórico de obras artísticas: “[...] historicamente, a pátina documenta a própria passagem da obra de arte ao longo do tempo e, portanto, deve ser preservada. Mas será também legítimo preservá-la por razões estéticas? Notemos que, neste nível, sim. É preciso ser capaz de deduzir tal legitimidade de forma absoluta, isto é, independentemente de o autor [da obra] ter ou não acesso a esse estrato palpável o que o tempo conferiria à sua obra. A legitimidade de sua manutenção, neste caso, não pode ser um paradigma em relação à conservação. Não apenas um argumento reforçado, por assim dizer, da evasão da pátina, mas também um argumento reforçado de sua própria conservação, como no caso de um silogismo composto” (Brandi, 1995, p. 45). O termo *silogismo composto* aparece como uma metáfora para dizer que a preservação da pátina é uma decisão duplamente correta, pois sua manutenção respeitaria tanto a história (o tempo que passou), quanto a estética (a harmonia visual que a obra adquiriu).

⁹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1962). *Processo de Tombamento Federal n.º 659-T-62: Cemitério Protestante de Joinville*, SC. IPHAN. p. 15.

a necessidade de preservação da sua paisagem envelhecida, uma pátina do tempo que o arquiteto modernista reconheceu como possuindo uma *impressão de cultivado abandono*:

O sentido histórico da fundação da antiga colônia Dona Francisca e o alcance e significação da obra realizada no sul do país pelos nossos patrícios de ascendência germânica, justificam, porém, a inscrição do antigo cemitério [...] uma vez que se conserve o aspecto agreste e se não mutilem as árvores a pretexto de zelar pela proteção das sepulturas, pois essa impressão de cultivado abandono, que lhe confere ar romântico, é o que importa preservar.¹⁰

Essas orientações que sustentavam a salvaguarda estética da paisagem exigiram, de certa forma, estudos mais minuciosos sobre o processo de tombamento e sobre premissas conceituais relativas às intervenções no local. Isso porque, parecia haver nessas um certo conflito entre a prática conservacionista e a manutenção do aspecto envelhecido, que só seria remediado a partir do equilíbrio entre intervenções e manutenção da pátina do tempo.

Além das questões conceituais envolvendo as possibilidades de conservação, a leitura do processo ilustrava outros âmbitos, como os discursos que delinearão o movimento de patrimonialização e de valoração. E, nesse ponto entram outras duas circunstâncias interessantes: em 2015 eu participei da disciplina “História, memória e patrimônio cultural”, como aluno especial no PPGH da Udesc com a Professora Janice Gonçalves, e os debates e a bibliografia trabalhados durante as aulas se mostraram oportunos para levantar uma série de questionamentos na forma como os discursos de patrimonialização são promovidos e articulados; e, a outra questão era o movimento de ressignificação que estava ocorrendo no cemitério e que vinha alterando suas narrativas históricas e legitimando outros discursos memoriais.

Enquanto as ações de conservação levantaram a necessidade de um estudo voltado para as práticas e os discursos de preservação tratados no processo de tombamento, a ressignificação do espaço após a colocação de uma placa comemorativa e informativa sobre a existência de escravizados enterrados no cemitério surgiu como um fenômeno contemporâneo de rememoração e reverberação do passado no presente, abrindo margem para reflexões e questionamentos desse processo.

Perspectivas de patrimonialização e o passado como discurso

Antes de entrarmos na vila, tomamos um desvio da estrada, subimos um morro coberto de florestas, em cuja encosta via-se o cemitério rural, onde eram enterrados os colonos da colônia hamburguesa. Era um lugar triste embora lindo. O sol da manhã já se tinha elevado acima das florestas, se bem que na densa folhagem ainda guardasse os vestígios do orvalho matinal. Cada dia e cada ano o sol brilhará sobre este remoto e pequeno cemitério; mas, os que lá descansam, jamais contemplarão as soberbas manhãs dessa esplêndida região. A terra que cobria os

¹⁰ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1962). *Processo de Tombamento Federal n.º 659-T-62: Cemitério Protestante de Joinville, SC*. IPHAN. p. 16

restos de um dos homens da colônia, estava ainda fresca: coroas de sempre-vivas tinham sido penduradas com singelo bom gosto por alguma bondosa mão perto da humilde sepultura; mas nem o pai, nem a mãe ou a gentil irmã, derramariam silenciosas lágrimas sobre o morto (Fletcher, 1941, p. 41).

As palavras do missionário presbiteriano James Fletcher descreveram suas impressões durante uma passagem por Joinville em 1867, e é interessante perceber que, quase 100 anos depois, elementos que chamaram a atenção do missionário aventureiro, como a riqueza vegetal do local, o fato de estar numa colina e a aparência remota de um cemitério rural, tornaram-se argumentos para o tombamento do cemitério como patrimônio paisagístico, além de histórico.

Além dos primeiros colonizadores germânicos e suas subseqüentes gerações ligadas à fé protestante, foram enterrados ali colonos católicos até 1870, ano em que foi aberto o cemitério católico ao lado da antiga catedral. Com a abertura do cemitério municipal em 1913, os outros dois foram fechados e permaneceram sem uso para sepultamento, sendo que em 1930 o cemitério católico foi demolido, enquanto o protestante teve um outro destino.

Diante de seu possível desaparecimento, como havia ocorrido com o cemitério católico, uma comissão de agentes públicos formada por historiadores, professores, políticos e familiares de sepultados foi criada na década de 1960 para propor sua preservação. Entre os participantes estava a integrante da Comissão de Conservação do Cemitério do Imigrante, Hilda Anna Krisch (1900-1995), que se referia ao local como “um patrimônio precioso para Joinville, pois em centenas de anos Joinville continua crescendo e o cemitério continua abrigando o que restou dos imigrantes” (Krisch, 1991, p. 9). É evidente a relação que Hilda e outros descendentes dos imigrantes traçaram (e ainda traçam) entre o cemitério e a memória da imigração germânica. A própria ocupação da Casa da Memória, antiga edificação do coveiro localizada em sua entrada e que virou sede da Associação Sociedade Cultural Alemã de Joinville desde a década de 1990, pode ser entendida como indício dessa relação.

É importante ressaltar uma questão sobre a ideia de “povos germânicos” e “alemães”. Havia no senso comum, e até entre as próprias gerações posteriores de filhos de imigrantes, uma noção (em parte, errônea) de que eram descendentes do povo alemão. Pois, naqueles vinte anos iniciais de imigração para a Colônia Dona Francisca, as fronteiras nacionais do Estado alemão ainda não haviam sido desenhadas. Austríacos, suíços, dinamarqueses, noruegueses e até habitantes das regiões russas do Volga, estavam entre as levas de imigrantes para colônias no sul do Brasil (Monsma, 2022, p. 14-16). Inclusive, registros de ocupação da colônia demonstram que alemães, suíços e noruegueses eram os principais grupos formados por lavradores; e apesar de diferentes dialetos regionais, a língua (alemã) e os costumes em comum formaram a base dessa identidade germânica, captada posteriormente pela identidade e pela língua alemã (Brepohl & Nadalin, 2019, p. 15-19). Mesmo antes de pesquisas mais contemporâneas, como os estudos do historiador Dilney Cunha (2003) sobre a imigração suíça na cidade, já havia na historiografia tradicional local a compreensão de que outros povos europeus, além dos alemães, fizeram parte da imigração. Por isso, o conceito de “povos germânicos” aparece em diferentes momentos nas fontes utilizadas.

O início da luta pela sua preservação ocorreu em um período em que a cidade vivenciava um crescimento das atividades industriais, atraindo pessoas de outras regiões em busca de empregos e melhores condições de vida. As consequências do forte incremento populacional iniciado na década de 1960, com um ápice durante a década de 1980, impactaram não só na presença de grupos com diferentes etnicidades¹¹ e comunidades culturais, mas também na própria fisionomia da cidade com a abertura de novos bairros e ocupações de áreas irregulares próximas aos manguezais (Moraes, 2020, p. 111). Esse fluxo migratório reforçou naquele momento os discursos relativos à memória da colonização germânica, como o prestígio do trabalho, do progresso e até de uma superioridade racial alimentada por uma vasta produção historiográfica local que exaltava a bravura dos colonizadores, responsáveis por deixar “um patrimônio de princípios éticos e morais”, além de “um arsenal de exemplos de bravura, de ousadia, de perseverança” (Ternes, 1990, p. 10).

Com papel fundamental na materialização desses discursos, o cemitério conseguiu (e ainda consegue) atrair e exaltar a memória dos imigrantes por meio das comemorações anuais do aniversário da cidade. Mas de que maneira essas conexões podem ocorrer?

Em seus estudos sobre identidades e memórias, Michael Pollak (1992, p. 2) compreende os “acontecimentos”, “pessoas” e “lugares” como elementos constitutivos da memória. Em relação ao Cemitério do Imigrante, podemos considerar que reúne esses três elementos: marca o início da colonização; possui entre seus mortos personalidades “imortalizadas” nas narrativas da cidade; e é, naturalmente, uma referência espacial como lugar de reverência aos mortos.

Dessa forma, a compreensão dos critérios que norteiam as ações na seleção dos bens tidos como significativos e as dimensões simbólicas envolvidas na construção dos discursos patrimoniais, nos indica tanto sobre o desenvolvimento das políticas preservacionistas na cidade, como o tipo de patrimônio que essa forma de preservação busca priorizar. São observações que favorecem análises sob outras óticas, como no caso da redefinição de “memória” e “patrimônio” proposta por Hartog ao se deparar com a Berlim Oriental após a queda do muro. Diferentes percepções temporais em uma mesma cidade o fizeram questionar sobre as inúmeras possibilidades de relação que as comunidades humanas constroem com o passado, pois a forma como as comunidades se relacionam com o tempo interfere não só na noção do passado e do presente, mas também pode determinar as escolhas daquilo que deve ser preservado em contraposição ao que poderia ser suprimido (Hartog, 2006, p. 264).

É a partir da noção de que a percepção do passado pode ser alterada dependendo de situações vividas em um momento atual por uma comunidade, que Pierre Nora argumenta que a memória se configura como instrumento presentista. Ela deixa de ser “o que se deve reter do passado” para se tornar “o que faz com que o presente seja presente para si mesmo” (Nora, 2002 apud Hartog, 2013, p. 163). Assim, a natureza de um lugar de memória faz dele um lugar dinâmico e mutável, através de lembranças construídas no presente.

¹¹ Diferentemente da visão tradicional da cultura étnica apresentada como uma essência centralizada, o termo *etnicidade* foi utilizado no texto com base nos conceitos de Poutignat e Streiff-Fenart, voltado para uma visão dinâmica dos preceitos que produzem a atribuição e autocompreensão entre indivíduos e grupos numa determinada sociedade. Como categoria analítica, a etnicidade favorece não apenas o entendimento de como indivíduos se identificam, mas também como são identificados por outros grupos (Poutignat, 1998).

Com o cotidiano, vivências e tradições de diferentes comunidades em constante alteração nas sociedades modernas, a ideia de “lugares de memória” tentou expor a ruptura com aquilo que Nora (1993, p. 8) chamou de a “memória verdadeira”, responsável por compor e estruturar o mundo cotidiano de populações e que eram passadas de geração em geração. Diferentemente dessa *memória verdadeira*, vivida na recorrência, o lugar de memória indicava “o sentimento de uma memória esfacelada”, consequência de uma “ruptura com o passado” (Nora, 1993, p. 7). Desse modo, o autor adverte sobre o teor artificial da construção memorial do passado, considerando a forma como as intenções e os interesses do presente podem influenciar construções do passado.

De advertência ao uso indiscriminado, a trajetória do conceito despertou a atenção do filósofo francês Paul Ricoeur, pela “inquietante estranheza” que caracteriza a noção, tanto pela dilatação que seu sentido sofreu com o tempo, quanto pela sua apropriação “por parte da paixão de comemoração” (Ricoeur, 2007, p. 412). De acordo com a pesquisadora e professora Janice Gonçalves, não apenas o conceito se alargou, mas a própria obra *Les lieux de mémoire*:

extrapolou aquele projeto editorial e os objetos de estudo ali contemplados, ganhando novos usos. No caso francês, uso político, no âmbito das batalhas de memória, bem como uso jurídico e técnico, no campo institucional do patrimônio cultural, ou ainda uso turístico (Gonçalves, 2012, p. 30).

Investigando entrevistas concedidas por Pierre Nora na década de 1980, Janice apresentou o momento em que a “expressão ‘lugar de memória’ teria sido utilizada na tentativa de flexibilizar os critérios de tombamento presentes em lei francesa de 1913” (Gonçalves, 2012, p. 44). Tratava-se da dificuldade de se reconhecer a relevância histórica do restaurante parisiense Fouquet’s dentro dos critérios históricos e artísticos que caracterizavam os monumentos até então. A noção de “lugar de memória” permitiu, de certa forma, alargar o entendimento do que poderia ser considerado monumento. O contexto remontava aos efeitos do Ano do Patrimônio, comemorado pela França em 1980, que foi responsável por intensificar e expandir o repertório de elementos passíveis de patrimonialização, colocando “em movimento processos de constituição de memórias. Seu principal instrumento: a comemoração” (Gonçalves, 2012, p. 41).

É dentro desse contexto, que envolve percepções de um passado mediado por ações comemorativas e memoriais articuladas no presente, que o tombamento do cemitério deve ser abordado. A preservação desse espaço ocorre a partir de interesses das famílias de descendentes de imigrantes que possuíam ali um ancestral sepultado. Aspiravam com isso preservar não apenas os nomes das famílias, mas toda a memória do processo de fundação e desenvolvimento da cidade, privilegiando a atuação dos imigrantes germânicos nesse processo. Em contraposição, outras edificações históricas da cidade ligadas à arquitetura luso-brasileira sofreram demolições sumárias a partir da segunda metade do século XX, como: o antigo mercado municipal, que sofreu diversas alterações e teve, na década de 1970, toda sua fachada substituída por uma estrutura que simulava uma construção germânica (técnica enxaimel); a antiga catedral, demolida na década de 1960 e que seguia a estrutura tradicional

das igrejas coloniais brasileiras, com estilo predominantemente romano e eclético, dando lugar a uma catedral modernista; e, mais recentemente (entre os anos 2010 e 2015), a demolição de diversas edificações que serviram de engenhos de erva mate nas proximidades do Porto de Joinville, e ligadas a uma elite luso-brasileira. Esses são indícios que podem demonstrar que, enquanto elementos do passado germânico eram selecionados, outros bens culturais referentes aos grupos luso-brasileiro e afro-brasileiro pareciam ser silenciados.

Apagamentos de populações escravizadas também são encontrados na própria historiografia tradicional local, como uma análise sobre a população catarinense do historiador Apolinário Ternes. Em seu relato sobre o número de habitantes em Santa Catarina no Censo de 1840, Ternes (1993, p. 31) afirmou que de um total de 67.218 habitantes, 12.580 eram escravizados, e que isso significava “apenas 18% da população”. A historiadora Sônia Guedes não só contrapôs os argumentos de Ternes, que tentava tornar irrelevante a taxa de quase $\frac{1}{5}$ da população, como também chamou a atenção para o fato de que essa população poderia ser maior, considerando que naquele Censo libertos e brancos livres foram contabilizados juntos, circunstância que ampliava a expressividade da presença africana e afro-brasileira no estado e na região. De acordo com “Cartas de Sesmarias, Atestados de óbitos, Registros de batismos e inventários pós-morte”, Guedes (2007, p. 5) concluiu que, de 50 famílias luso-brasileiras que ocupavam a região, antes e durante a instalação da Colônia Dona Francisca, “cerca de 40 possuíam escravos”.

Mas, ao ignorar a presença e a herança dessas comunidades negras, as elites locais promoveram um projeto de apagamento histórico. O objetivo era consolidar a ideia de que “a colônia-cidade foi construída pelo trabalho dos imigrantes germânicos, provando assim a sua superioridade em relação aos demais grupos” (Cunha, 2008, p. 109). Há indícios, portanto, de que o que estava em jogo era uma versão do passado a que se procurava reconhecer. De encontro a esses argumentos, temos a fala da joinvilense e historiadora Elly Herkenhoff (1987, p. 105), que durante uma palestra no cemitério afirmou: “aqui repousam os nossos ancestrais, os ancestrais de nossos amigos, ancestrais de muitas famílias joinvilenses, muito mais numerosas que seria de supor”. Em outro momento, também no cemitério, o historiador Ternes (1990, p. 10) destacou o papel dos “anônimos heróis sepultados neste chão sagrado, encharcado de lágrimas e saudades”. Percebemos, assim, interesses políticos e memoriais por trás da ação preservacionista. A luta dos grupos locais pela construção do cemitério como patrimônio nacional revela até que ponto o conceito de patrimônio pode ser apropriado em razão da legitimação de um grupo na sociedade.

Reforçando essa premissa, existe o caso de uma outra necrópole em Joinville, que em 1977 foi alvo de um pedido de tombamento por um vereador da cidade: o Cemitério Dona Francisca. O processo só foi aberto em 1994 e foi indeferido em 2009. A justificativa não constava no Processo, mas pôde ser encontrada na Ata do Conselho Deliberativo de 2009, em que constava o indeferimento pela razão de “inexistência de relevância nacional que

fundamente o tombamento pelo IPHAN”.¹² Como a documentação deste processo é escassa, suponho que para além da questão do valor nacional, conferido ao cemitério do Imigrante, o fato do cemitério Dona Francisca estar em um entreposto periférico, longe da centralidade da ocupação e da sua construção datar de 1867 retirava do local as características de pioneirismo tão caras ao cemitério do Imigrante, como veremos adiante.

Diferente do Cemitério Dona Francisca, o do Imigrante concentrou as primeiras famílias de imigrantes, sendo que muitas delas se tornaram famílias tradicionais, desempenhando atividades como agentes políticos, industriais, comerciantes, profissionais liberais, construtores e empreiteiros. Isso demonstra diferentes “valores memoriais” entre os dois cemitérios, e é justamente a criação desses valores um dos pontos centrais nos estudos sobre políticas de preservação, visto que a valoração de um bem cultural é fruto de uma construção em determinado tempo, por determinados grupos. O contexto da época — que provavelmente favoreceu o tombamento do cemitério do Imigrante, com agentes públicos interessados na projeção nacional da cidade e seu teor industrial e turístico ligado à cultura germânica, incluindo a própria criação do museu nacional da imigração — não era o mesmo da década de 1990, quando a cidade já possuía uma imagem nacional consolidada por sua “vocação” industrial, e como destino turístico nas rotas das festas tradicionais de outubro na região.¹³ É provável que o fato de já haver na cidade um bem tombado ligado    categoria cemiterial também possa ter contribuído para o indeferimento do tombamento do cemitério Dona Francisca. Mas esse    um tema que ainda carece de estudos mais abrangentes.

A respeito disso, Poulot adverte que “o patrimônio contribui, tradicionalmente, para a legitimidade do poder, que, muitas vezes, participa de uma mitologia das origens”.    assim que o tombamento do Cemitério do Imigrante como Patrimônio Histórico e Paisagístico nos auxilia no reconhecimento de “mecanismos de aquisi  o, conserva  o e transmissão de obras” ligados “  s representa  es de um grupo social” e utilizados na constru  o de um “*corpus* de monumentos protegidos” (Poulot, 2009, p. 15-20).

Um rol de monumentos preservados, na verdade, representa um rol de monumentos escolhidos para serem preservados. As escolhas acontecem sobre conflitos de diferentes interesses do presente que recorrem ao passado como forma de legitima  o de uma narrativa. Algo parecido ocorre na forma  o e manuten  o de identidades, que, como indica Stuart Hall (2000, p. 109), está mais ligada “   questão da utiliza  o dos recursos da história, da linguagem e da cultura” do que a uma correspondência contínua e imutável com uma origem passada. Na mesma dire  o, Pollak (1992, p. 2) reconhecia a prática “da socializa  o política, ou da socializa  o histórica” como meio de se realizar uma identifica  o com o passado.

Percebemos esses mecanismos operando em muitos dos discursos históricos da cidade de Joinville, como nesta passagem do livro *História da imprensa de Joinville*, no

¹² Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2009). *Ata da 62   Reunião de Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural*. Brasília, IPHAN. http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2009__03__62a_reuniao_ordinria__03_de_dezembro.pdf

¹³ Para saber mais sobre a constru  o de discursos voltados para propaganda turística da cidade entre as décadas de 1980 e 90, e as narrativas relativas às “voca  es industriais” consultar: Coelho (2010) e Souza (2008).

qual a autora reproduz um artigo de 1862 do jornal “Probenummer”, editado pelo político e imigrante Ottokar Doerffel, em que ele apresenta o periódico como sendo um meio de manter a população informada dos acontecimentos tanto na “velha pátria” como na “nova pátria”, para manter laços “e assim ampliar, por assim dizer, a velha pátria até nós, não no espaço, mas espiritualmente. [...] De acordo com a nossa índole e o nosso espírito germânico” (Herkenhoff, 1998, p. 32). Era dentro dessa dinâmica de identificação com o passado, que se difundia o discurso baseado em “uma ideologia e uma identidade de cunho acentuadamente étnico, definidas pelo conceito de *Deutschtum* (germanidade ou germanismo) [...], herdadas, através do sangue, pelos ‘alemães’” (Cunha, 2008, p. 55).

Esses elementos justificam por que muitos estudos indicam a motivação para o tombamento do cemitério como “uma preocupação em salvaguardar os registros dos primeiros imigrantes que participaram da fundação da Colônia Dona Francisca [...]” (Castro, 2008, p. 150). É certo, como expõe Elisiane Castro (2008, p. 158), que “os interessados pelo tombamento no processo, liderados por Carlos Ficker, salientam o papel preponderante do Cemitério para a história da imigração alemã [...]”. Tanto os meios de comunicação quanto as pesquisas historiográficas e o próprio Arquivo Histórico de Joinville serviram de plataforma para a construção desses discursos, como afirmam os estudos da historiadora Janice Gonçalves. Analisando a constituição do Arquivo de Joinville, percebeu que seus procedimentos de atendimento, seleção e abordagem do acervo seguiam a própria lei de criação que concedia “especial relevância à documentação relacionada ao empreendimento de colonização e à presença germânica na região” (Gonçalves, 2006, p. 235).

Aproximando-se dos chamados mitos fundadores, ou “ídolo das origens” como dizia Marc Bloch (2001, p. 56), a relação com o pioneirismo da ocupação da Colônia Dona Francisca conferiu ao cemitério do Imigrante grande valor documental. Endossada através de uma visão tradicional da historiografia local, essa perspectiva configurou ao cemitério, quase, a própria materialização de um “marco inicial” de criação da cidade, e abriu margem para seu tombamento.

A memória “dos pioneiros” entre o Cemitério do Imigrante e o Museu Nacional de Imigração e Colonização

Para além dos grupos locais responsáveis pelo pedido de tombamento, é significativo o modo como a construção patrimonial e o tombamento do cemitério se adequaram às políticas preservacionistas do órgão federal em 1962. E, para analisarmos esse processo de tombamento, temos que entender o cenário cultural da época na cidade e o papel que o Museu Nacional da Colonização e Imigração de Joinville¹⁴ (MNCI) desempenhou nesse contexto; afinal, ambos os espaços buscavam evidenciar a memória da colonização germânica em Joinville.

Na época, como coordenador do Museu Nacional da Colonização e Imigração, o historiador Carlos Ficker foi quem enviou, em janeiro de 1962, ao diretor do órgão federal de

¹⁴ Museu criado em 1957 pela Lei Federal a Lei Federal nº 3.188 (2 de julho de 1957), mas a abertura ao público ocorreu apenas em 1962.

preservação, Rodrigo Melo Franco de Andrade, um conjunto de fotografias e textos relativos ao cemitério, como subsídios para o pedido de tombamento do espaço, dando início às trocas de correspondências e visitas técnicas. Esse pedido manifestou uma peculiaridade em relação à prática das aberturas de tombamento, considerando que geralmente o pedido de abertura partia dos próprios funcionários do órgão federal.

O material destacava a relevância do cemitério tanto para os estudos genealógicos, quanto para a manutenção de sua densa vegetação e da “vista deslumbrante sobre a antiga Colônia Dona Francisca, hoje Joinville”.¹⁵ A boa conservação da maior parte dos túmulos também aparece no texto como um fator significativo, pela presença ainda legível dos nomes dos enterrados, além dos artefatos originais da arte funerária, como cruzeiros, gradis e lápides esculpidas em pedras que ainda compunham e adornavam os jazigos. E, em nome da Comissão de Criação do MNCI, Carlos Ficker afirmou que a conservação do cemitério poderia ser assumida por essa Comissão, ampliando, conseqüentemente, o raio de ação do MNCI no que diz respeito ao acervo material e aos estudos genealógicos voltados para a memória alemã da região (Gonçalves, 2016, p. 153).

Ícone na região, a edificação-sede do MNCI abrigou desde sua construção, em 1870, até fins do século XIX, a direção da Colônia Dona Francisca. A edificação já havia sido tombada em 1939 sob a alcunha de “Palácio dos Príncipes de Joinville”; reconhecida como patrimônio cultural brasileiro, ela integrou os Livros Tombo Arquitetônico e Histórico. Diferentemente do que se pode pensar, o tombamento dessa edificação naquele momento não se alinhou aos discursos de formação do povo brasileiro a partir da figura do imigrante germânico, e sim a partir de discursos que valorizavam a memória da colonização portuguesa, sobretudo à Monarquia portuguesa representada pela Família Real, como demonstra a própria nomenclatura dada ao bem.

Entre o final da década de 1930 e a década de 1950, o entendimento do papel do imigrante no desenvolvimento do país sofreu alterações. Não podemos esquecer o contexto da Segunda Guerra Mundial e toda a campanha de nacionalização, comandada pelo governo de Getúlio Vargas, em regiões de imigração germânica e italiana até meados da década de 1940. A historiadora Daniela Pistorello (2020, p. 10) chama a atenção para a mudança da figura do imigrante nos anos posteriores à Segunda Guerra, quando parece haver uma espécie de “reabilitação” da imagem do imigrante nas narrativas de formação do povo brasileiro. Tanto a criação, em julho de 1957, do MNCI quanto a abertura do processo de tombamento do Cemitério do Imigrante demonstram essa nova percepção dos imigrantes na política de preservação federal.

Os debates para a criação do Museu iniciaram-se em 1949, e entre as principais polêmicas estava a possível inclusão de grupos de imigrantes distintos dos povos germânicos. O fato de não considerar outros grupos na formação da cidade, marca o cerne das construções narrativas sobre ocupação e desenvolvimento da cidade, sempre tensionando apagamentos e protagonismo de um grupo em detrimento de outros. Como evidenciou o historiador Diego Machado (2019), o texto final de criação do Museu Nacional de Imigração e Colonização

¹⁵ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1962). *Processo de Tombamento Federal nº 659-T-62: Cemitério Protestante de Joinville*, SC. IPHAN. p. 12.

revelou-se mais abrangente, destinado a recolher “todos os objetos que recordam a imigração no sul do país, e também os documentos e publicações atinentes à mesma”.¹⁶ Entretanto, a diversidade cultural mobilizada na lei de criação do MNIC não foi suficientemente colocada em prática, uma vez que a narrativa museográfica¹⁷ se manteve restrita à história de Joinville.

No início da década de 1960, o MNIC ainda não estava com suas portas abertas ao público e lutava para adquirir um acervo adequado, ou seja, objetos e documentos que remetessem à ocupação e à imigração germânica da região. Entre 1960 e 1962, registros em jornais da época demonstram apelos à comunidade local, especificamente a algumas famílias, para doação de objetos e documentação ligados aos primeiros tempos da ocupação da Colônia Dona Francisca para a formação de um acervo expositivo.¹⁸ Além disso, algumas correspondências trocadas entre Carlos Ficker e membros do órgão de preservação que integram o processo de tombamento do cemitério evidenciam pedidos de reformas para o casarão-sede do museu.¹⁹

É desse modo que o pedido de tombamento do Cemitério do Imigrante coincide, não só com o contexto de “reabilitação” do imigrante nos discursos de formação nacional, mas, também, com os debates para a criação de um acervo expositivo do MNIC e o interesse em recursos federais. A memória dos colonizadores encontrava no cemitério uma extensão dos anseios que o MNIC pretendia contemplar. Notamos essa articulação memorial em outra correspondência, enviada ao Conselho Consultivo do órgão federal pelo próprio prefeito na época, Helmut E. Fallgatters, reforçando os argumentos de Carlos Ficker:

*Em se tratando de cemitério onde foram sepultados grande parte dos primeiros colonizadores desta cidade, e se constituindo de vários mausoléus artísticos, além da tradição arraigada do povo dessa zona catarinense pelo culto de seus ancestrais e dada sua localização em ponto central da cidade, tudo induz a torná-lo de grande valia histórica, aliás, já consagrada.*²⁰

Machado (2018a, p. 105) problematizou a fala do prefeito no que se refere à “grande valia histórica [...] já consagrada” que, segundo o historiador, induzia a convicção errônea de que “o tombamento seria apenas um ato simbólico para declarar oficialmente um valor já reconhecido e legitimado pelos joinvilenses”. Demonstra-se, assim, que não havia consenso, considerando que o próprio processo expõe argumentos que defendiam o tombamento justamente para conter possíveis demolições e depredações, como um relato de depredação

¹⁶ Câmara dos Deputados (1953). *Projeto de Lei nº 3.055*. 4 maio 1953.

¹⁷ O MINC reabriu suas portas em 2024 após uma restauração do prédio e uma remodelação de toda a sua museografia e expografia. Diferente da exposição original, que estava no museu praticamente desde sua criação, a nova exposição foi pensada como forma de abranger grupos distintos, tanto na formação e ocupação da região, quanto para incluir novos movimentos migratórios como a chegada de imigrantes haitianos, venezuelanos e migrantes de outros estados do Brasil.

¹⁸ Para formar o acervo do museu de Joinville (31 de março de 1960). *A Notícia*, Joinville, p. 1; Ajudem os Museus (19 de abril de 1962). *A Notícia*, Joinville, p. 8. <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/843709/31501>

¹⁹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1962). *Processo de Tombamento Federal nº 659-T-62: Cemitério Protestante de Joinville*, SC. Brasília, IPHAN. p. 9.

²⁰ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1962). *Processo de Tombamento Federal nº 659-T-62: Cemitério Protestante de Joinville*, SC. Brasília, IPHAN. p. 12.

de uma lápide antiga, que acabou sendo trocada por uma nova em 1962, e a tentativa da Comunidade Evangélica de construir uma nova casa paroquial no terreno do cemitério em 1964, obra que acabou sendo impedida pela proteção legal do tombamento.

O tombamento do Cemitério do Imigrante e as lutas pela memória

No que diz respeito aos elementos e justificativas do órgão federal para o tombamento, o Conselho Deliberativo baseou-se em fotografias de Luís Saia, além de outras imagens do local, registros históricos e descrições enviadas com a documentação do processo (Figuras 1 e 2). Sendo que o impacto do valor paisagístico do cemitério refletiu sobre os principais argumentos favoráveis ao seu tombamento. Nesse sentido, o parecer do arquiteto Lúcio Costa, como mencionado anteriormente, orientou a permanência das árvores e a manutenção da “impressão de cultivado abandono, que lhe confere ar romântico, é o que importa preservar”.²¹ O pioneirismo estilístico do cemitério também aparece entre os argumentos de Luís Saia:

*Parece inteiramente acertado o tombamento desse antigo cemitério, situado hoje em plena cidade [...]. Em primeiro lugar porque representa um exemplar característico e excelentemente bem conservado dos cemitérios implantados sobre as colinas desta região. [...] Tudo leva a crer, por outro lado, que este cemitério seja um dos primeiros deste tipo. [...] Além desse valor documentário, é relevante o significado paisagístico urbano que o local resguardou e conserva.*²²

Quanto à importância da imigração germânica na ocupação de diferentes lugares da região Sul, a chefe da seção histórica, Judith Martins, destacou em seus argumentos para o tombamento do cemitério “o sentido histórico e o alcance e significação da obra realizada no Sul do país pelos colonizadores de origem germânica”.²³

Embora as imagens captadas na época pareçam omitir um cuidado com detalhes, indicando que havia, provavelmente, um interesse maior em revelar planos mais panorâmicos do local, a Figura 2, demonstra a área de declive próxima dos túmulos centrais, em que há maior presença de elementos decorativos, como cruzeiros trabalhados e lápides esculpidas em pedra, estruturas proeminentes que Ficker chamou de “mausoléus artísticos”.

²¹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1962). *Processo de Tombamento Federal n.º 659-T-62: Cemitério Protestante de Joinville, SC*. IPHAN. p. 20.

²² Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1962). *Processo de Tombamento Federal n.º 659-T-62: Cemitério Protestante de Joinville, SC*. IPHAN. p. 19.

²³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1962). *Processo de Tombamento Federal n.º 659-T-62: Cemitério Protestante de Joinville, SC*. IPHAN. p. 22.

Figura 2: imagens de áreas internas com destaque para os gradis e ornamentos construtivos dos túmulos.



Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1962). *Processo de Tombamento Federal nº 659-T-62: Cemitério Protestante de Joinville, SC.* IPHAN.

Em relação à arte funerária, há escassez de informações e questionamentos. Não houve uma preocupação em expor no tombamento os diferentes tipos de expressões artísticas presentes em gradis com adornos em metal ou as lápides e cabeceiras esculpidas em pedras, algumas realizadas por mestres canteiros conhecidos nacionalmente, como Jacob Aloys Friederichs, imigrante alemão radicado em Porto Alegre/RS, e também da Oficina de Mármore Família Vardanega & Baggio, de imigrantes italianos radicados em Curitiba. Anúncios publicados por essas marmorarias em diversos jornais e periódicos revelam a existência de uma demanda ativa por peças funerárias artísticas. Além disso, a veiculação regional dessas propagandas demonstra que a comercialização dos produtos abrangia diferentes cidades, evidenciando a relevância desses artífices no mercado da época (Figuras 3 e 4). De Joinville há registros de obras do escultor de monumentos funerários Friedrich Hudler, que era renomado na região, mas que tem a história da sua trajetória profissional ainda pouco pesquisada.

Figura 3: 1) Propaganda da marmoraria Casa Aloys em funcionamento desde 1884; 2) Propaganda da nova oficina da Família Vardanega e Baggio.



Casa Aloys
Gegründet 1884
Rua Voluntários da Pátria
Nrs. 589, 603, 607
Porto Alegre
Preislisten von Möbelplatten stehen zu Diensten
Photographien von Grabmonumenten zur Auswahl portofrei
Marmorstufen -- Gerberplatten
Tel.-Adr.: „ALOYS“ -- Telephon 4162
J. Aloys Friederichs

ATENÇÃO
Nova officina de marmore
F. VARDANEGA & BAGGIO
43 A Praça Tiradentes 43 A
Paraná — Curitiba
(Endereço telegraphico -- BAGGIO)
Os proprietários d'esta officina encarregam-se de fazer qualquer trabalho em marmore, como sejam: mausoléus, inscrições em alto relevo e gravadas, cruzes, ornatos, pedras para lavatório, etagere, consolos, bides etc., etc., vasos de cimento para cemiterios, portões, frente de casa, etc. Entim fazem qualquer trabalho concernente a mesma profissão.
Collocam filtros e torneiras em talhas e soldam bocas de lampões.

Fonte: 1) Revista Kalender für die Deutschen in Brasilien, 1932; 2) Jornal A República, 30 de Julho de 1893.

Figura 4: 1) imagem de lápide da família Kroehne, esculpida pela oficina de Vardanega; 2) Detalhe da lápide com assinatura dos artífices da Oficina Vardanega & Baggio; 3) Cabeceira do túmulo da família Moll esculpido em granito rosa por Jacob Aloys Friederichs. A cruz de granito que adornava a parte superior do túmulo encontra-se na reserva técnica do cemitério; 4) imagem do túmulo da família Berestein, obra assinada por Hudler.



Fonte: Fotografia do autor.



Fonte: Fotografia do autor.

O fato de a inscrição do tombamento ter se restringido ao Livro Histórico e Paisagístico, não considerando a possibilidade de inscrição no Livro de Belas Artes, já demonstrava uma despreocupação com a perspectiva artística do cemitério. E, considerando que o Cemitério do Bonfim, em Belo Horizonte, foi tombado em 1977 e inscrito no Livro de Belas Artes, poderíamos supor que novas percepções da história cultural em fins da década de 1960 e os estudos que se sucederam, como o icônico trabalho de Clarival do Prado Valladares, no livro *Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros* de 1972, pudessem ter influenciado um novo olhar sobre esse assunto. Mas o tombamento inscrito no Livro de Belas Artes do Cemitério do Batalhão na cidade de Campo Maior, no Piauí, em 1938, demonstra que já havia perspectivas voltadas para a proteção de elementos artísticos de cunho fúnebre bem antes dos anos de

1960. Essa questão indica uma faceta de complexas articulações que fundamentam políticas de preservação, como as diferentes transições que alguns conceitos podem sofrer de uma época para outra.

É dentro dessa cadeia de transição de sentido e de valores atribuídos aos bens culturais que abordamos um fenômeno recente e muito interessante de subversão memorial. Símbolo dos esforços dos povos imigrantes na ocupação da região, o cemitério também reverberou a presença de escravizados africanos, presença silenciada por muito tempo nas narrativas historiográficas oficiais da cidade. Inicialmente, foi a historiadora Elly Herkenhoff quem encontrou nos arquivos da Paróquia São Francisco Xavier de Joinville, as informações sobre os registros de óbitos de oito escravizados sepultados no cemitério, “até 1870, na maioria crianças de pouca idade, contendo sempre o nome do escravo e seu respectivo dono” (Herkenhoff, 1987, p. 107). Posteriormente, Dilney Cunha identificou no Livro de Assentos de Óbitos Católicos, entre 1862 e 1870, outros 7 adultos (5 escravizados e 2 libertos) e 7 crianças (5 filhas de escravizados e 2 filhas de libertos).

Mesmo que a descoberta de túmulos de escravizados no cemitério já tivesse sido mencionada na década de 1980, a resignificação do espaço por grupos e religiões afro-brasileiras em comemoração ao Dia da Consciência Negra tomou maiores proporções após a colocação de uma placa informativa em 2009 “com os nomes dos 14 afro-brasileiros (escravos e libertos) sepultados no local” (Coelho, 2010, p. 330). A solenidade para a colocação da placa em forma de cenotáfio ocorreu em 21 de novembro de 2009, com discurso do diretor-presidente da Fundação Cultural de Joinville, na época, Silvestre Ferreira, em que reforçava o compromisso da cidade com as políticas afirmativas voltadas para os grupos afro-brasileiros. De acordo com registros daquele momento, a homenagem remetia às ações de reparação histórica, com o objetivo de celebrar esses protagonistas “invisíveis” e reafirmar o papel central da população negra na formação da cidade, evidenciando sua presença e atuação na história da região, antes mesmo da criação da Colônia Dona Francisca em meados do século XIX (Machado, 2018b, p. 30).

Longe de estarem no campo da demagogia, como muitas vezes são violentamente atacadas, as ações afirmativas, quando encaradas como políticas públicas, podem evitar a permanência de narrativas historicamente deturpadas, democratizando versões históricas do passado a partir de novas fontes ou novos questionamentos sobre velhas fontes.

Evidenciando a omissão histórica como ferramenta de invisibilidade social e cultural, uma pesquisa realizada em Joinville revelou a profundidade do apagamento histórico e sua eficácia na manutenção de uma narrativa hegemônica. O estudo demonstra que o silenciamento sobre a presença negra não apenas excluiu esses grupos das narrativas de formação da cidade, mas também impactou a autoidentificação de comunidades afro-brasileiras locais. Ao internalizarem o mito de uma cidade exclusivamente europeia, muitos desses indivíduos perdem o vínculo com sua própria ancestralidade:

até pouco tempo as pessoas da Comunidade Beco do Caminho Curto não sabiam que eram quilombolas, ou seja, não tinham a construção dessa identidade e, mesmo que tenham nascido naquele espaço, não

nasceram com tal consciência. Essa identidade vem sendo construída nos últimos 15 anos e esbarra nas desordens sociais e barreiras encontradas no ato da negritude e no pertencimento a uma comunidade tradicional afro-brasileira (Souza, 2021, p. 138).

O fato de descendentes de escravizados encontrarem barreiras em sua identificação com antepassados expõe os complexos processos de silenciamento operando, até mesmo, no âmbito das identificações, transitando entre relações de etnicidade e narrativas sobre o passado. Casos como esses evidenciam a importância dada à presença ancestral afro-brasileira no cemitério do imigrante e às políticas de reparação. A partir da construção de laços simbólicos e novos discursos memoriais sobre o bem cultural, em cada data comemorativa relacionada à memória afrodescendente o cemitério recebe eventos e cerimônias de celebração.

Mostrando nitidamente a capacidade de fabricar recordações, os “lugares de memória” não seriam, conforme Nora já havia percebido, “aquilo a partir do que se lembra”, e sim “lá onde a memória trabalha” (Nora, 1984, p. X). Longe de serem lugares passivos, apenas testemunhas ou depósitos de episódios do passado, os lugares de memória também se configuram como arenas vivas onde a memória pode ser disputada, ressignificada e construída no presente. A partir de um desejo consciente de preservar o passado, localidades, edificações, comemorações, arquivos ou museus podem se transformar em espaços simbólicos, desde que haja uma intenção coletiva de transformá-los em suportes para uma determinada identidade, ou como referência de eventos passados para um determinado grupo, como é o caso do cemitério.

Desafiando a memória oficial, o cemitério surge como catalisador para manifestações de novas construções narrativas sobre o passado, acionando grupos afro-brasileiros em um espaço antes dominado pela memória germânica. E, como forma de rememoração, novos rituais passaram a ocorrer no local durante as celebrações do Dia da Consciência Negra. De acordo com Jacila Barbosa, coordenadora do Afoxé Ylê Ashê Omylodê as cerimônias realizadas têm como objetivo “reverenciar os afrodescendentes que foram sepultados no Cemitério do Imigrante e com a lavagem, tirar de forma simbólica o preconceito e a discriminação da cidade”.²⁴

Esse é um movimento muito característico das últimas décadas em que “cada grupo”, de “memórias particulares”, passa a reivindicar “sua própria história” e “redefinir sua identidade” (Nora, 1993, p. 17). Mas, a redefinição da memória ou a trajetória de um grupo historicamente só pode ocorrer a partir de posicionamentos contra os silenciamentos. Por isso, um estudo sobre a “cartografia da presença negra em Joinville”²⁵ destacou o papel de diferentes agentes no processo de reconhecimento dos locais históricos ligados à identidade afro-brasileira na cidade, entre eles os “movimentos negros da cidade e de seus apoiadores, bem como,

²⁴ Série de comemorações lembra o Dia Nacional da Consciência Negra em Joinville (20 de Novembro de 2015). *ND notícias*, Joinville, SC. <https://ndmais.com.br/noticias/serie-de-comemoracoes-lembra-o-dia-nacional-da-consciencia-negra-em-joinville>

²⁵ Além do cemitério dos imigrantes, e seu cenotáfio em homenagem aos escravizados sepultados ali, estão a certificação das Comunidades Remanescentes Quilombolas Beco do Caminho Curto e Ribeirão do Cubatão pela Fundação Cultural Palmares em 2019, e a titulação da Sociedade Beneficente Kênia Clube como Patrimônio Imaterial de Joinville na categoria Lugar de Memória em 2019.

projetos de extensão universitária, ações propositivas da promotoria pública e o trabalho dos historiadores” (Vieira, 2025, p. 2).

Assim, a luta para promover e transformar manifestações culturais, elementos urbanos e arquitetônicos em patrimônio cultural em reconhecimento entre grupos de diferentes etnicidades e estratos sociais, como forma de narrar suas memórias, marca um contexto específico da atualidade. É nessa perspectiva que entender o Cemitério como lugar de memória, além de permitir reencontrar as narrativas que sustentam seu valor memorial propicia, também, observar como os discursos são metamorfoseados e reutilizados no momento presente através de uma rememoração capaz de transformar percepções sobre o passado.

Algo parecido ocorreu no cemitério espanhol Valle de Cuelgamuros. Idealizado durante o período ditatorial de Francisco Franco para receber os corpos de combatentes da Segunda Guerra Mundial, era consagrado pelo perfil nacionalista e chauvinista do regime. O próprio ditador foi ali enterrado, mas a descoberta no local de túmulos de republicanos mortos durante a Guerra Civil Espanhola alterou o reconhecimento e a natureza das comemorações relacionadas àquele monumento. De memória franquista, novas reflexões inspiraram as lutas contra a ditadura e pela memória das vítimas desse período (Cavichioli, 2024, p. 22).

São exemplos de como o cemitério revela o poder da memória de não apenas transitar e se restabelecer no presente, mas também redesenhar percepções do passado. Em Joinville, novas pesquisas, como a do historiador Ruan Fernandes (2018, p. 3) relacionada ao cemitério dos imigrantes, cita a necessidade de “tencionar as discussões do processo migratório na memória da cidade, no sentido de reconhecer a presença e relevância das populações negras na construção da cidade”. Entendemos, desse modo, que a memória despertada pelos sepultados africanos no cemitério é significativa, não só para rever as narrativas do passado, mas também para expressar no momento presente o papel dessas comunidades na ocupação e formação da cidade. Esse tipo de fenômeno das sociedades contemporâneas demonstra como a demanda pela chamada História da Memória vem sendo persistente, convertendo-se em campo promissor de investigação e de possibilidades de compreensão sobre as formas como cada comunidade interage com a sua história, seu passado e seu presente.

A ressignificação memorial dos cemitérios demonstra como esses locais podem atuar ativamente para viabilizar novos arranjos narrativos e oferecer outras possibilidades de contestação ou de revisão de interpretações históricas consolidadas. É sob essa perspectiva, que a construção e a reconstrução dos lugares de memória desafiam historiadores, pesquisadores e comunidades a entendê-los como um espaço em constante transformação.

Conclusão

Considerando que os monumentos são rastros de um trabalho de seleção de referências de um determinado grupo, algo nomeado por Michael Pollak (1989, p. 9) como “enquadramento da memória”, problematizar os discursos de preservação do Cemitério nos ajuda a perceber os mecanismos que organizam e elaboram esse enquadramento. Ao mesmo tempo, a memória enquanto “fenômeno construído” consciente é fator importante para a

formação da noção de identidade individual e coletiva. Entretanto, como vimos, ela está sujeita “a flutuações, transformações, mudanças constantes” (Pollak, 1992, p. 2).

Muito distante de um “arquivo morto”, os cemitérios e os estudos sobre a morte podem abrir outras possibilidades de questionamento e de aprofundamento de pesquisas sob diferentes perspectivas. Nesse caso, o cemitério amplificou seu poder de ressonância, atravessando a fronteira afetiva de uma etnicidade para outra; mas esse movimento só foi possível a partir de novas pesquisas e descobertas históricas, além da divulgação popular dessas informações. Como consequência, uma mobilização revisionista passou a confrontar a versão tradicional da história da cidade, que por muito tempo perpetuou a informação de que, na Colônia Dona Francisca, não se fazia uso de trabalho escravo, apesar de a presença de escravizados ter sido registrada em diferentes documentos oficiais, incluindo o cemitério do Imigrante.

Se, por um lado, as narrativas patrimoniais são construções voltadas para a preservação da memória de um grupo, uma manifestação cultural ou um objeto, por outro, essas narrativas podem ser um instrumento, também, de esquecimento quando versões de um mesmo acontecimento assumem diferentes sentidos. Por isso, compreender os motivos e interesses por trás da seleção daquilo que se pretende esquecer também se mostra “de fundamental importância para delinear a relação entre o passado e a história do tempo presente” (Motta, 2012, p. 27). Esse é um ponto central quando desejamos investigar os mecanismos e interesses envolvidos nas construções patrimoniais.

É entre as brechas de recordação e esquecimento que diferentes formas de narrativa são construídas para dar coesão e sentido de pertencimento; entretanto, são nessas mesmas brechas que podem surgir as rupturas de narrativas, trazendo alterações em critérios de valor ou em referências conceituais tradicionais, como apresentado em diferentes passagens do texto em relação aos deslocamentos memoriais do cemitério dos imigrantes.

Referências Bibliográficas

Ariès, P. (2000). *O homem perante a morte*. Publicações Europa-América, Lda.

Bloch, M. (2001). *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Zahar.

Brandi, C. (1995). *Teoría de la Restauración*. Alianza Editorial.

Brepohl, M. & Nadalin, S. (2019). Imigração germânica, etnicidade e identidade profissional: colonização em Joinville (Dona Francisca), província de Santa Catarina. 1851-1889. *História* 38, 1-25.

Castro, E. T. (2008). *Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008)* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina].

Cavichioli, B. G. (2024). Monumentos funerários como lugares de disputa nas políticas de memória da Espanha (2007-2023). *Revista M. Estudos Sobre a Morte, os Mortos e o Morrer*, 9(17), e12918. <https://seer.unirio.br/revistam/article/view/12918/12187>.

- Coelho, I. (2010). *Pelas tramas de uma cidade migrante*. [Tese de Doutorado Universidade Federal de Santa Catarina].
- Cunha, D. (2003). *Suíços em Joinville: o duplo desterro*. Letradágua.
- Cunha, D. (2008). *História do Trabalho em Joinville: gênese*. Edições Toda Letra.
- Fernandes, R. C. (2018). Insurreições Patrimoniais: Os Espaços Negros no Cemitério dos Imigrantes em Joinville, SC. *Anais do XVII Encontro Estadual de História da ANPUH-SC*. Univille.
- Fletcher, J. C. (1941). Capítulo XVIII. In D. Kidder & J. C. Fletcher. *O Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo* (pp-35-58). Companhia Editora Nacional.
- Fontoura, A. (2007). *Relatório final do projeto Cemitério do Imigrante: pesquisa, interdisciplinaridade e preservação*.
- Gonçalves, J. (2006). *Sombrios Umbrais a Transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo].
- Gonçalves, J. (2012). Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Revista Historiae*, 3(3), 27-46. <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3260/1937>.
- Gonçalves, J. (2016). *Figuras de valor: patrimônio cultural em Santa Catarina*. Casa Aberta.
- Guedes, S. (2007). A escravidão em uma colônia de "alemães". *Anais do 24ª Simpósio Nacional de História*. Unisinos.
- Hall, S. (2000). Quem precisa de identidade? In T. T. da Silva (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp-103-133). Vozes.
- Harouel, J. (2004). *História do urbanismo* (4ª ed.). Papirus.
- Hartog, F. (2006, julho a dezembro). Tempo e patrimônio. *Varia História*, 36(22), 261-273. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752006000200002>.
- Hartog, F. (2013). *Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo*. Editora Autêntica.
- Herkenhoff, E. (1987). *Era uma vez um simples caminho: fragmentos da história de Joinville*. Fundação Cultural.
- Herkenhoff, E. (1998). *História da Imprensa de Joinville*. Editora UFSC.
- Huyssen, A. (2014). *Culturas do passado presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Contraponto.
- Krisch, H. A. (1991). *História do Cemitério dos Imigrantes e da Casa da Memória do Imigrante*. Arquivo Histórico de Joinville.
- Machado, D. (2018a). *Marcas da Profanação: versões e subversões da ordem patrimonial em Joinville-SC*. [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Santa Catarina].

Machado, D. (2018b). Nós difíceis de desatar: reaberturas do passado e sobreposições de narrativas patrimoniais sobre a presença negra em Joinville (SC). *Revista Confluências Culturais*, 7(1), 21–35. <https://periodicos.univille.br/RCC/article/view/246/210>.

Machado, D. (2019). Um lugar para recordar a imigração no sul do Brasil: debates políticos e intelectuais na criação do Museu Nacional de Imigração e Colonização em Joinville/SC (1949–1957). *Patrimônio e Memória*, 15(2), 99–128. <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/3276/2583>.

Monsma, K. (Org.) (2022). *Passado e presente de imigrantes alemães e descendentes no Brasil. historiografia, representações, atividades econômicas, participação política, religião e identidades*. Editora Fundação Fênix.

Moraes, T. (2020, junho). Patrimônio, indústria e cerveja: olhares sobre a antiga Cervejaria Antarctica em Joinville/SC, Brasil. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 13(2), 97–12.

Motta, M. M. M. (2012). História, Memória e Tempo Presente. In C. F. Cardoso & R. Vainfas (Org.). *Novos Domínios da História* (p. 21–36). Elsevier.

Nora, P. (1984). *Les lieux de mémoire – I: La République*. Gallimard.

Nora, P. (1993). Entre memória e história. a problemática dos lugares. *Projeto História*, 10, 7–15. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>.

Pistorello, D. (2020). Iphan e Fundação Catarinense de Cultura: políticas para o patrimônio cultural do imigrante europeu em Santa Catarina na década de 1980. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 28, 1–27.

Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, 2(3), 3–15.

Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Estudo históricos*, 11, 128–137.

Poulot, D. (2009). *Uma história do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII XIX: do monumento aos valores*. Estação Liberdade.

Poutignat, P. (1998). *Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras*. UNESP.

Ribeiro, A. L. R. (2017). *In memoriam: urbanismo, literatura e morte*. EDITUS.

Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, e o esquecimento*. Unicamp.

Ruskin, J. (1996). *A Lâmpada da Memória*. Publicações Pretextos.

Souza, G. (2008). *A cidade onde se trabalha – A propagação ideológica do autoritarismo estadonovista em Joinville*. Maria do Cais.

Souza, S. (2021). Comunidade Quilombola Beco do Caminho Curto (Joinville/SC): os desafios do empoderamento étnico. *Revista Confluências Culturais*, 10(3), 132–150.

Ternes, A. (1990, março). O perfil psicossocial do imigrante. *Boletim do Arquivo Histórico de Joinville*, 6, 8–11.



Ternes, A. (1993). *Joinville, a construção da cidade*. Bartira.

Vieira, A. M. (2025). Cartografia da presença negra em Joinville: uma proposta para o Ensino de História. *Anais do 33º Simpósio Nacional de História: os (des)confortos da história e os futuros do ensino de história*. UFMG. https://www.snh2025.anpuh.org/resources/anais/11/snh2025/1756933176_ARQUIVO_ddbc9f0d799787dbfaf016717f0e54fa.pdf

Submetido em: 29 de julho de 2025

Aprovado em 05 de junho de 2026

